

ABERT

16 AGO 1985

Nota Oficial

«A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) sente-se na obrigação de declarar que são absurdas e totalmente destituídas de fundamento as acusações que lhe vêm sendo feitas de estar coordenando uma campanha contra o Congresso Nacional por suposto descontentamento que teria tido com a lei que regulamentou a propaganda gratuita para as próximas eleições municipais.

Em primeiro lugar cumpre esclarecer que o empenho da ABERT na questão da propaganda gratuita, vem de longa data e que a recente legislação formulada para atender às próximas eleições não consistiu em derrota para a ABERT, embora ela divirja da filosofia que preside a utilização da radiodifusão nas campanhas eleitorais, mantida na legislação vigente, há muitos anos. Em segundo lugar, é preciso esclarecer que a Emenda Murilo Badaró não consta nem constou de propostas da ABERT, que não tem porque imiscuir-se no debate sobre a distribuição do horário gratuito entre os partidos.

Finalmente, a idéia de que a ABERT, órgão que, dentro das possibilidades que lhe são dadas, luta pela existência de uma radiodifusão livre e sadia, possa ter interesse em desmoralizar o Congresso Nacional é um contra-senso que não pode ser endossado senão por pessoas que tratam da questão superficialmente ou comleviandade.

A ABERT tem plena e inabalável certeza de que a maior garantia da existência de uma radiodifusão livre é sadia reside, exatamente, na existência de um Congresso independente e respeitável. Não pode haver liberdade de imprensa sem democracia, nem esta sem aquela. Não pode haver democracia sem Congresso.

O interesse recente demonstrado pela totalidade da imprensa brasileira pelo funcionamento das Casas do Legislativo, como sabe toda a Nação, é proveniente de notórios e lamentáveis fatos ocorridos quando da votação do projeto de lei regulando as próximas eleições municipais, episódio que ficou conhecido como «deputados pianistas» e para o qual não contribuíram a ABERT ou qualquer órgão da imprensa brasileira.

Atacar a imprensa, atribuindo-lhe propósitos excusos quando ela, cumprindo seu mais alto dever, denuncia fatos criticáveis cometidos por governantes ou governados, ou desviando a crítica dirigida a membros ou métodos de uma instituição, pretendendo que são ataques a esta e não àqueles, foi uma das práticas condenáveis da Velha República que esperamos ver eliminada se queremos, realmente, fazer vingar a Nova.

Joaquim Mendonça — Presidente»